

AGRICULTURA ORGÂNICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: A PRODUÇÃO DE ARROZ NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE-RS

Organic agriculture in rural settlements: rice production in the metropolitan region of Porto Alegre-RS

Michele Lindner

Docente de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Brasil
michele.lindner@ufrgs.br

Rosa Maria Vieira Medeiros

Docente de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS, Brasil
rmvmedeiros@ufrgs.br

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

Resumo

A produção de alimentos orgânicos em assentamentos rurais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no estado do Rio Grande do Sul, tem crescido nas últimas décadas. Entre eles, destaca-se a produção de arroz, pois trata-se de uma experiência inovadora, tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Nesse contexto, o artigo aborda, a partir de dados secundários e de informações primárias, elementos da implantação da produção de alimentos orgânicos, em especial a de arroz orgânico, nos assentamentos da RMPA. As informações apresentadas demonstram a importância das estratégias organizacionais dos assentados no desenvolvimento e na consolidação desta produção, que se apresenta como a maior produção de arroz orgânico da América Latina.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, Arroz orgânico, Região Metropolitana de Porto Alegre.

Abstract

The production of organic food in rural settlements in the Metropolitan Region of Porto Alegre (RMPA), in the state of Rio Grande do Sul, has grown in recent decades. Among it, rice planting stands out, as it is an innovative experience, both in technological terms and in socioeconomic, cultural and environmental dimensions. In this context, the article addresses, based on secondary data and primary information, elements of the implementation of organic food crops, especially organic rice, in the settlements of the RMPA. The information presented demonstrates the importance of the organizational strategies of the settlers in the development and consolidation of this crop, which is the largest organic rice production in Latin America.

Keywords: Rural settlements, Organic rice, Metropolitan Region of Porto Alegre.

1. INTRODUÇÃO

A definição de agricultura orgânica geralmente está associada a três enfoques ou abordagens principais: uma “forma de produção”, que minimiza os impactos ambientais, a partir da substituição de insumos contaminantes e da implementação de uma gestão voltada a uma produção mais limpa; uma “disciplina científica”, que envolve variados campos do conhecimento, de abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar, voltada ao entendimento das complexas relações entre as várias dimensões da sustentabilidade discutidas, quando das intervenções e das propostas de alterações nos sistemas de produção agrícola; e um “movimento social” com enfoque político, visando à transformação dos sistemas tradicionais de produção (capitalista) e de comercialização de alimentos, aproximando-se dos debates sobre desenvolvimento rural e da resistência dos pequenos produtores, frente à crescente exclusão praticada pelos mercados globalizados. Nesse enfoque, destacam-se conceitos relevantes, como o de “agroecologia”, uma vez que, no entendimento da pesquisa, sua concepção não se resume à produção de alimentos sem agrotóxicos, já que a implantação da agricultura de base ecológica implica uma séria de transformações, sobretudo nas relações sociais de produção, marcadas pela participação ativa do agricultor e pela mudança radical na relação deste com o ambiente. Nessa perspectiva, frisa-se que agroecologia e agricultura orgânica não podem ser entendidas como sinônimos, já que o primeiro conceito está associado a uma abordagem interdisciplinar e o segundo, a uma prática agrícola, na qual os princípios e os pressupostos teóricos da agroecologia podem ou não estar presentes.

Por esta razão, a agroecologia pode ser entendida como um enfoque científico, destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para os estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2001). Portanto, na agroecologia, o conceito de transição agroecológica é central, sendo entendido como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de *inputs* industriais) a formas de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Mas, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de

cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e nos valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Nesse contexto, a pesquisa aqui apresentada busca analisar a experiência de produção de arroz orgânico, que vem ocorrendo em assentamentos rurais na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (Figura 1), cuja expansão se sustenta em uma série de inovações tecnológicas, nas quais tanto o conhecimento científico quanto o tradicional são ressignificados, as particularidades de cada ambiente ganham relevância na tomada de decisões e os resultados aparecem em múltiplas dimensões, como a econômica, a sociocultural, a política e a ambiental.

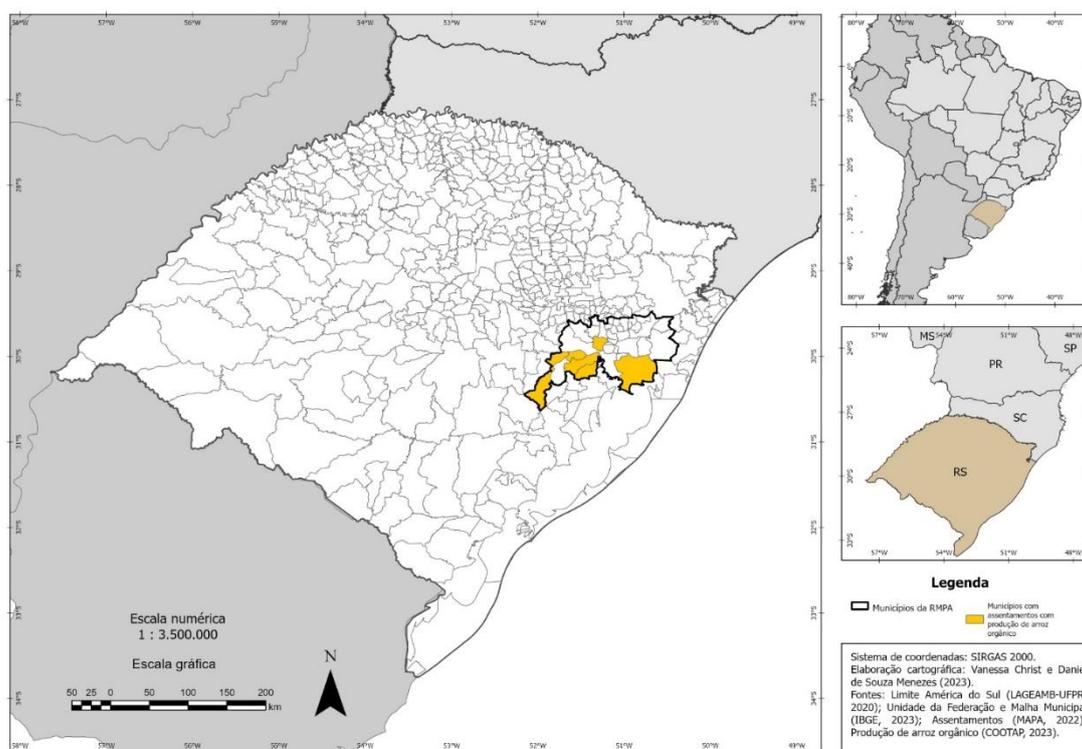


Figura 1 - Mapa dos municípios com assentamentos com produção de arroz orgânico na RMPA.
Fonte: Vide legenda.

As informações utilizadas neste artigo partem de trabalhos desenvolvidos no Núcleo de Estudos Agrários, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao longo dos últimos anos, as quais tematizam os assentamentos rurais da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (LINDNER; MEDEIROS, 2015; MEDEIROS; LINDNER, 2014, 2017), assim as informações primárias obtidas em trabalhos de campo realizados nos anos de 2022 e de 2023 e as secundárias, obtidas junto a órgãos oficiais.

2. IMPLANTAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Para entender o processo que levou à produção do arroz orgânico nos assentamentos rurais da RMPA, é importante compreender como se deu a implantação da agricultura de base orgânica, a qual acarretou uma série de transformações. Essas mudanças se deram sobretudo nas relações sociais de produção, uma vez que exigiu uma participação ativa do agricultor e uma radical modificação na relação deste com o ambiente, rumo a uma produção sustentável.

O assentamento Integração Gaúcha, criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1998, no qual estão instaladas cerca de 67 famílias e que foi um dos pioneiros na produção de orgânicos, desenvolveu este processo por decisão dos agricultores ali assentados, que optaram por produzir desta forma e que também consideraram suas estratégias de sobrevivência no território. De acordo com informações do engenheiro agrônomo que dá assistência ao assentamento, via Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre LTDA (COOTAP), a maioria das famílias do assentamento vieram da região norte do estado e trouxeram suas práticas produtivas, as quais não eram propícias ao local, no qual se instalaram. Dessa forma, as famílias passaram por um processo de adaptação produtiva, que envolveu frustrações, crises e buscas por alternativas, que permitissem sua permanência na terra conquistada.

Autores como Caporal e Costabeber (2002), trazem através de seus estudos, importantes elementos, que dão base para entender a complexidade da transição a uma agricultura orgânica, assim como a nova forma de se relacionar com o espaço. Ao apresentarem as seis dimensões da sustentabilidade, os autores citados colocam as dimensões ecológica, econômica e social na base. Assim, ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa um dos pilares básicos da sustentabilidade, visto que a preservação ambiental e a conservação de recursos naturais só passam a ter relevância, quando usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. Essa dimensão também inclui a busca de melhores níveis de qualidade de vida através da produção e do consumo de alimentos com qualidade biológica superior. A importância destas dimensões é facilmente percebida, ao analisar experiências de produção orgânica, como as dos assentamentos da RMPA, centradas na preservação ambiental, na diminuição da dependência do sistema convencional e na melhoria da qualidade de vida.

Assim, a transformação no assentamento Integração Gaúcha se deu através de um processo, visando a permanência dos agricultores na terra recém-conquistada, como podemos perceber no relato a seguir:

“Na questão mais ligada à produção, para permanecer ali tem que organizar a vida econômica. E nessa organização, das famílias, o pessoal começou a trabalhar o sistema convencional, um modelo dominante, conhecido hoje como a produção com agrotóxico, adubos sintéticos e grandes maquinários” (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

O entrevistado explica que, no início, os assentados começaram com produções de milho e feijão, produções essas que do ponto de vista de aptidão das terras, não eram adequadas. Essas culturas, que eram produzidas na região de origem dos assentados, foram abandonadas, pois as famílias assentadas migraram para a produção de arroz, por ser a mais propícia às condições locais, ou seja, às áreas de várzea predominantes no assentamento, porém ainda produzindo de forma convencional.

Caporal e Costabeber (2002) explicam que a dimensão econômica está interligada às dimensões ecológica e social e que apresenta uma grande importância neste tipo de produção, que pode tanto se refletir no bom retorno financeiro, através da conquista dos mercados, como também, na produção para o consumo de subsistência das famílias produtoras.

Portanto, é possível perceber que a dimensão econômica foi também um fator decisivo para a mudança de orientação produtiva dos assentados, ao mudarem da produção de arroz convencional para o orgânico, não só pela conquista de novos mercados, fator que veio posteriormente, como também por ser fundamental para a sua sobrevivência enquanto produtores.

“O início do processo aqui se deu por uma mudança econômica, que ocorreu quando os camponeses, da agricultura familiar, adotaram o modelo dominante, conhecido como Agronegócio no Brasil. Elas começaram a produzir e depois de 6/7 anos começaram a entrar em falência econômica” (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

O entrevistado explica que a maior parte dos serviços e insumos utilizados pelo agronegócio no Brasil está sob o controle das grandes multinacionais e que são elas que detêm a maior parte do processo de produção. “Então, quem está em uma área como o arroz, produzindo de maneira convencional, logo vai entrar em dificuldades econômicas, isso levou muitas famílias a repensar o processo” (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

Nesse contexto, reunidos em grupos, os assentados começaram a conversar sobre agroecologia e, por meio de diversas reuniões, discutiram a mudança do modelo de produção convencional para o orgânico. Foi no início dos anos 2000 que se realizaram diversos seminários, organizados pelos grupos e pelas cooperativas, nos quais se decidiu pela mudança, com base na orientação agroecológica.

Caporal e Costabeber (2002) explicam que, no centro dos pilares da sustentabilidade, encontram-se as dimensões cultural e política. No que tange a dimensão cultural, se faz necessário que as intervenções sejam respeitadas, em relação à cultura local: “Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 78). Muitos destes saberes e destes conhecimentos são resgatados de experiências anteriores, trazidas de antigos territórios, as quais, somadas a novas questões e necessidades, moldam o contexto da realidade atual.

Foi nesse contexto, que as experiências com a agricultura orgânica tiveram início, com a produção de hortaliças. A assentada entrevistada explica as dificuldades encontradas, por vir de outro modelo de produção, mas com vontade de produzir “sem veneno”, razão pela qual as hortas, as quais existiam em grande quantidade na região e no assentamento, representaram a oportunidade inicial.

[...] eu fui assentada em 87 e a gente veio de uma região que se plantava milho e soja, chegamos aqui e se apavoram, só tinha água. Vamos plantar o que dentro d'água? Mas daí começamos pelas hortas, nesse assentamento” (Assentada – Informação verbal, out. 2022).

Uma das questões mais importantes no sucesso da transição da produção dos assentados, de um modelo convencional para o orgânico, está na organização dos assentados em grupos, o que se relaciona intimamente com a dimensão política, citada em Caporal e Costabeber (2002). A dimensão política tem a ver com os processos participativos que se desenvolvem na produção agrícola, ou seja, se refere “aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.79). Portanto, essa dimensão diz respeito à capacidade de organização dos grupos em prol da sustentabilidade, o que, no caso estudado, expressou-se na organização dos grupos de produtores e que possibilitou a viabilização da produção e da comercialização.

Sobre a organização em cooperativas, o técnico entrevistado ressalta:

“A ideia desse sistema é atingir as famílias que fazem parte da reforma agrária e trabalhar algumas formas de cooperação simples. O próprio acampamento é uma forma de cooperação, a ideia de trabalhar a cooperação vem da gênese do movimento, e que tem continuidade até quando chegar na terra. Quando chegar na terra tem que ter uma forma de organização” (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

Por sua vez, a assentada explica que existe uma organização hierarquizada do processo produtivo:

“A COOTAP, seria o grande chapéu, onde estão as cooperativas, a grande cooperativa, que têm agroindústria, que comercializam o arroz. E as hortas tão tudo

nesse grande chapéu, que é um setor, tem o grupo de gestão do arroz e acompanha as lavouras” (Assentada – Informação verbal, out. 2022).

Essa hierarquia segue os pilares da sustentabilidade, em cujo topo está a dimensão ética, que representa o comprometimento sustentável e que inclui responsabilidades individuais e coletivas, ou seja, “quando se aborda o tema da sustentabilidade, a dimensão ética se apresenta numa elevada hierarquia, uma vez que de sua consideração podemos afetar os objetivos e resultados esperados nas dimensões de primeiro e segundo nível” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.80).

Ficou, portanto, evidente que todo o processo de transição para a agricultura orgânica de base ecológica envolveu o comprometimento de todos os assentados, tanto individual quanto coletivamente, o que trouxe, além da viabilidade da produção e da comercialização, uma forte relação de cooperação entre as famílias envolvidas.

3. O ARROZ ORGÂNICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

O arroz irrigado por alagamento é a terceira cultura de grãos mais cultivada no estado do Rio Grande do Sul, sendo superado apenas pela soja e pelo milho, com uma produção anual superior a seis milhões de toneladas, registrada nas últimas safras. Esse estado é o que mais produz arroz no Brasil, contribuindo com cerca de metade da produção nacional.

Deve-se ressaltar que o RS tem obtido aumentos nos volumes de produção de arroz nos últimos 30 anos, principalmente pelo aumento de produtividade das lavouras. Algumas regiões produtoras do grão possuem propriedades com tamanhos médios superiores a 200 ha, sendo que 60% delas é cultivada por arrendatários de terra e que 40% delas alquila água para irrigação (CADORE, 2010).

O cenário do processo produtivo de arroz irrigado tem provocado impactos sobre a qualidade do solo e sobre a água, os quais ainda não totalmente conhecidos, pela comunidade científica e pela sociedade em geral. Esse quadro se torna mais preocupante, ao considerar a existência e a extensa utilização de produtos químicos nestas lavouras, além das mudanças neste ambiente, rico em córregos e em mananciais de água, essenciais ao cultivo do arroz irrigado. Soma-se a isto a ocorrência de chuvas intensas exatamente nas épocas de aplicação de produtos agroquímicos ou, mesmo, a drenagem das águas das lavouras para os mananciais no período da colheita. Deve-se ressaltar, ainda, os efeitos sociais da concentração de terras e do uso indiscriminado de recursos hídricos, de caráter público, no acúmulo de capitais privados.

Uma alternativa promissora para reverter este quadro é a introdução da produção de arroz orgânico, com uso mínimo de insumos externos à propriedade e com total controle da cadeia produtiva, por parte dos próprios agricultores envolvidos no processo. O maior potencial para esta atividade reside em áreas de assentamentos de reforma agrária, localizadas em regiões de predomínio de várzeas, propícias à orizicultura; são os lotes familiares, com mão de obra de assentados, organizados em grupos de produção ou em cooperativas.

Segundo a COOTAP, havia 2.042 ha ocupados por lavouras de arroz orgânico nos assentamentos da RMPA, na safra 2022/2023 (Quadro 1).

Quadro 1: Produção de arroz orgânico em assentamentos da RMPA safra 2022-2023.

Município	Assentamento	Área plantada (ha)	Produtores
Charqueadas	PE Trinta de Maio	38,8	1
Eldorado do Sul	PE Integração Gaúcha	108	3
Guaíba	PE Dezenove de Setembro	13	1
Nova Santa Rita	PA Itapuí/Meridional	33	3
	PA Capela	348	4*
	PA Santa Rita de Cássia II	364,79	6
São Jerônimo	PE Jânio Guedes Silveira	88	3
Viamão	PA Viamão/ Filhos de Sepé	1049,1	21
Total		2042,69	42

* Inclui a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA (COOPAN).

Fonte: COOTAP (2023).

De acordo com informações apresentadas no Quadro 2, o assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão, possui a maior área plantada de arroz orgânico. É importante ressaltar que este assentamento tem suas terras localizadas em uma Área de Proteção Ambiental (APA), a APA Banhado Grande, da qual o assentamento ocupa 9.478 ha (BRASIL, 2022).

Trata-se de uma experiência inovadora, tanto em termos tecnológicos quanto socioeconômicos, culturais e ambientais, pois, ao participarem da cadeia produtiva do arroz orgânico, as famílias agricultoras rompem com o padrão agrícola de dependência de insumos externos e constroem novas relações socioespaciais, engendrando transformações territoriais e ambientais significativas nos espaços dos assentamentos. A produção de arroz orgânico nos assentamentos do Rio Grande do Sul configura a maior da América Latina.

Acerca disso, em essência, ressalta-se que a cadeia produtiva do arroz ecológico na RMPA se caracteriza pela ausência de agrotóxicos, uma vez que o controle de pragas é realizado principalmente pelo manejo da água, e pela participação direta dos produtores

em todas as suas fases (produção, certificação, armazenamento e comercialização), logo estes também são responsáveis pelas inovações e pelas organizações de grupos de agricultores e de cooperativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das estratégias organizacionais do meio rural, a produção do arroz orgânico nos assentamentos na RMPA vem, desde 1999, construindo uma realidade de sucesso. O sistema de produção calcado na agricultura orgânica e na agroecologia pressupõe, entre outros fatores, o fortalecimento dos movimentos sociais e políticos e a disciplina no trato com o ambiente, com permanente atenção aos enfoques técnico, científico e político, voltados à produção e ao mercado. Como resultado, tem-se o fortalecimento das relações institucionais, voltadas para o acesso a políticas públicas, fundamentais para o contínuo desenvolvimento da cadeia produtiva.

As organizações de produção orgânica também estão fortemente dependentes do cooperativismo, das associações de agricultores, da imagem do produto orgânico e da valorização diferenciada do trabalho do agricultor.

Entre os processos sociais em curso no meio rural da RMPA, a adoção do sistema produtivo orgânico nas lavouras de arroz dos assentamentos vem se traduzindo, desde a sua instauração, num processo de conversão produtiva, que tem permitido a viabilização de um novo projeto de vida no meio social rural. Trata-se de uma experiência inovadora, tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Essas famílias de agricultores assentados, ao aderirem à produção orgânica, deixaram de produzir de forma dependente, encontraram sua autonomia, enquanto produtores agrícolas, construíram novas relações socioespaciais e provocaram significativas transformações territoriais e ambientais, consolidando os territórios e os modos de vida dos assentamentos.

Tal arranjo produtivo também se configura em um relevante objeto de pesquisa, por demonstrar a possibilidade de uma produção orgânica em larga escala, com múltiplos atores, o que vem a desmistificar a noção sedimentada no senso comum de que este tipo de agricultura só é viável em pequenas propriedades, em áreas pequenas, e com poucos atores envolvidos, uma vez que a produção orgânica é uma realidade presente e significativa no espaço agrário do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CADORE, E. A. **Sistema de produção de arroz**. [S. l.]: Ed. UFSC, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: ETGES, V. E. (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: Ed. USC, 2001.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V. A produção de arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS: inclusão sócio econômica e transformações territoriais. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, núm. esp. 2, p. 158-167, 2015.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Org.). **Assentamentos Rurais, Território, Produção: Novas Alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. **Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios - NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023